

ICMS de 2010 foi 5,6 bi maior do que o anunciado pelo Cruesp em maio/10

EDITORIAL

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o oprimem.”
Bertolt Brecht

Data-base é um instrumento histórico de negociação salarial anual entre patrões e trabalhadores nos diferentes segmentos da sociedade: metalúrgicos, bancários... e, também, professores e servidores técnico-administrativos das três universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza. E essa negociação envolve o diálogo entre os representantes dos elementos nela envolvidos.

No caso das três universidades e do Centro Paula Souza, locais de ensino, pesquisa e extensão, há um elemento específico – os estudantes – que também apresentam suas reivindicações no momento da data-base.

Assim, na data-base das três universidades e do Centro Paula Souza, temos o Cruesp, de um lado da mesa de negociação, e as entidades representativas de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes, articulados em torno do Fórum das Seis, no outro lado da mesa.”

O texto acima é parte do ofício encaminhado pelo Fórum, no dia 28 de janeiro, ao então presidente do Cruesp, professor Fernando Ferreira Costa, solicitando uma reunião com o Cruesp com o intuito de estabelecer a seguinte agenda: 1) reuniões técnicas preparatórias; 2) mesas de negociação entre o Cruesp e o Fórum das Seis. O ofício acrescentava, ainda, que essa iniciativa visa a “efetivar a negociação da data-base de 2011, que respeite as proposições construídas pelos dois lados da mesa de negociação”, algo que não ocorreu na data-base do ano passado.

No dia 9 de fevereiro, o professor José Ranali, chefe de gabinete do reitor da Unicamp, argumentou que, como a partir de 1º de março o presidente do Cruesp seria o professor Julio Cezar Durigan, reitor da Unesp em exercício, seria preferível aguardar para que ele fizesse agendamento de reuniões. Dessa forma, no dia 02 de março aquele ofício foi enviado ao novo presidente do Cruesp.

As entidades que compõem o

Fórum das Seis têm consciência de que, explícita ou implicitamente, estamos vivenciando de modo mais agudo um embate entre modelos de universidade, que problematiza o próprio conceito de universidade pública.

Um desses modelos, explicitamente defendido pelo reitor da USP, se fundamenta em princípios “de eficiência” muito mais quantitativos que qualitativos, tanto nos aspectos acadêmicos quanto econômicos, que repercute nas propostas produtivistas de reforma das carreiras de docentes e funcionários, na terceirização do trabalho, na explosão dos cursos pagos, na proposta tecnicista de reforma curricular, na implementação do ensino à distância na formação inicial, entre outros. Nas outras duas universidades públicas paulistas não é muito diferente.

Um outro modelo, que nossas entidades têm defendido, e que se encontra expresso no Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, tem por base a concepção de que a educação pública é um dever do Estado e defende uma universidade crítica, reflexiva, aberta a questões que possam interessar a todo o conjunto da sociedade e não somente ao dito mercado. Esse modelo, ao contrário do anterior, defende, portanto, uma universidade pública e gratuita, que goze de autonomia didático – científica e cuja administração e gestão sejam realmente democráticas, como exige a Constituição Federal.

O Fórum das Seis entende que esse embate também repercute nas negociações de data-base, enfatizando que, ao lado das demandas econômicas naturais nesses momentos, não deixemos de lado o contexto político conjuntural em que nossas universidades estão inseridas.

Tanto este editorial quanto a pré-proposta de pauta unificada de reivindicações e demais textos presentes nesta edição do **Jornal do Fórum das Seis**, ao lado dos boletins informativos de cada entidade, visam a subsidiar a primeira rodada de assembleias que deverão ocorrer entre 14 e 23 de março.

Reitores fizeram caixa com nossos salários no ano passado

Terminado o ano, veio à tona a confirmação da denúncia feita pelo Fórum das Seis durante toda a data-base 2010: o Cruesp apresentou previsões rebaixadas para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é usado como referência para o repasse de verbas do Estado às universidades. Com base nas “suas” previsões, os reitores concederam um reajuste insuficiente (6,57%) em maio, além de 6% exclusivos aos docentes em fevereiro, não reviram aquele reajuste no segundo semestre (descumprindo acordo de 1991) e, no final do ano, quando não era mais possível tapar o sol com a peneira, ficaram mudos. Vamos traduzir isso em números:

1) Os orçamentos das três universidades para 2010, aprovados no final de 2009 pelos respectivos conselhos universitários, utilizaram como base a previsão de arrecadação oficial (feita pela Secretaria da Fazenda) de R\$ 59 bilhões para o ICMS anual.

2) Logo na primeira reunião do Fórum das Seis com a Comissão Técnica do Cruesp, realizada em 06/05/2010, bem como na primeira reunião do Fórum com o Cruesp, em 11/05/2010, os técnicos do Cruesp informaram que, com base no efetivamente arrecadado até aquele momento, estavam utilizando, como previsão para a arrecadação do ICMS de 2010, o valor de R\$ 61,2 bilhões. O Fórum das Seis questionou estes números

e apontou, usando uma estimativa relativamente pessimista, uma arrecadação superior a R\$ 63,5 bi. O Cruesp, usando o valor de R\$ 61,2 bilhões, concedeu os reajustes descritos, afirmando que, com isso, o comprometimento das folhas de pagamento ficaria, na média, em torno de 85%.

3) No dia 17/08/2010, em reunião com o Fórum das Seis, a Comissão Técnica do Cruesp elevou sua previsão para R\$ 63 bilhões, enquanto o Fórum indicava, no pior dos cenários, uma arrecadação superior a R\$ 65 bi.

4) Em novembro, a Assessoria de Planejamento e Orçamento (Aplo) da Unesp divulgou documento prevenindo que a arrecadação do ICMS em 2010 seria “superior a R\$ 66 bilhões”.

5) Em 24/01/11, o boletim 86 da Aeplan (Assessoria de Economia e Planejamento) divulgou os números finais do ICMS em 2010: R\$ 66,8 bi.

Era possível

Os números mostram que era perfeitamente possível ao Cruesp oferecer o reajuste pleiteado na Pauta Unificada do Fórum das Seis (16%), na data-base do ano passado, minimizando as perdas acumuladas por servidores e docentes ao longo dos



continua...

- **Universidade pública, financiamento e permanência estudantil** - Pág. 3
- **Repúdio às demissões na USP** - Pág. 4
- **Marcha em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica** - Pág. 4



últimos anos e caminhando para uma recuperação salarial aos níveis de 1989. Ao contrário disso, impôs um índice rebaixado (6,57%) em maio e, ainda por cima, deu reajustes diferenciados às categorias. A título de reestruturação da carreira, concedeu aos docentes um reajuste linear de 6%, iniciativa questionada pelo Fórum das Seis desde o primeiro momento.

Se os reitores houvessem negociado a reposição de 16% para todos em maio/2010, conforme reivindicamos,

o comprometimento médio com salários nas três universidades teria fechado o ano em 82,58%. Se fossem agregados a esse índice os 6% concedidos aos docentes em fevereiro/2010, teríamos um comprometimento médio de 84,81%. Os valores indicados no quadro abaixo foram obtidos com base na arrecadação real de ICMS de janeiro a novembro de 2010 e na estimativa da Secretaria da Fazenda para dezembro de 2010, que foi R\$ 1,011 bi inferior à arrecadação real.

Os números finais de 2010

| Índice de reposição salarial | Comprometimento com folha de pagamento | | | |
|------------------------------|--|---------|--------|--------|
| | Unesp | Unicamp | USP | Total |
| 6,57%* + 6% aos docentes | 82,55% | 82,00% | 78,89% | 80,50% |
| 16%** + 6% aos docentes | 86,99% | 86,32% | 83,13% | 84,81% |
| 16%*** | 84,54% | 84,43% | 80,87% | 82,58% |

* Reajuste concedido pelo Cruesp em maio/2010, com base numa arrecadação de R\$ 61,2 bilhões.

** Reajuste reivindicado pelo Fórum das Seis, em maio de 2010.

*** Como ficaria com o reajuste de 16% para todos em maio/2010, sem a "reestruturação" da carreira dos docentes em fevereiro 2010 (6%).

Qual será a base para 2011?

Para o Fórum das Seis, o mínimo de coerência que se espera do Cruesp é que trabalhe com números mais realistas neste início de data-base. E, como o índice concedido em maio/2010 (6,57%) tomou por base uma arrecadação do ICMS de R\$ 61,2 bilhões, este valor deve ser usado para medir o crescimento do ICMS de 2011 em relação ao de 2010.

O Fórum das Seis não tem dúvida de que a situação econômico-financeira

das universidades públicas paulistas é confortável, o que reforça a convicção de que é possível ampliar os recursos para o pagamento de salários de todos aqueles que nelas trabalham e as fazem o segmento mais forte do ensino superior e da pesquisa no país, bem como aumentar significativamente os recursos destinados à permanência estudantil (mais bolsas de estudo, construção e ampliação de restaurantes e moradias etc).

Agenda da data-base 2011

- . **14 a 23 de março:** Primeira rodada de assembleias das entidades, para discussão da pré-pauta indicativa de data-base 2011.
- . **25 de março:** Reunião do F6, para avaliar os indicativos vindos das assembleias.
- . **28/3 a 6 de abril:** Segunda rodada de assembleias para construção da Pauta Unificada.
- . **8 de abril:** Nova reunião do F6 (para fechar a Pauta Unificada 2011).
- . **Até 15 de abril:** entrega da pauta ao Cruesp.

Expediente

Jornal do Fórum das Seis é uma publicação conjunta do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp/STU, Sindicato dos Trabalhadores da USP/Sintusp, Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza/Sinteps, Sindicato dos Trabalhadores da Unesp/Sintunesp, Associação dos Docentes da USP/Adusp-S.Sind., Associação dos Docentes da Unesp/Adunesp-S.Sind., Associação de Docentes da Unicamp/Adunicamp S.Sind., Diretório Central de Estudantes da Unicamp, Diretório Central de Estudantes da USP e Diretório Central de Estudantes da Unesp/Fatec.

Jorn. Resp: Bahiji Haje (MTB 19.458). Tiragem desta edição: 21.500 exemplares.

Universidade pública, financiamento e permanência estudantil

O Fórum das Seis concebe a Universidade pública como uma instância em que se dá, de forma integrada, a capacitação ao trabalho e a reflexão crítica sobre a sociedade, a produção de conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Para cumprir sua função social, a Universidade deve ser autônoma em relação ao Estado, a governos e ao mercado, pautando-se pela liberdade de pensamento e informação, sem qualquer forma de censura ou discriminação. Sendo a educação um direito, é necessário que seja gratuita, e que sua manutenção e ampliação sejam responsabilidades do Estado.

Desta maneira, a questão do financiamento público da Universidade é crucial. Em 1998, a sociedade organizada propôs um Plano Nacional de Educação, que representava um acúmulo de diversas contribuições relativas à qualidade da educação e ao acesso em todos os seus níveis, à melhoria das condições de trabalho dos profissionais e atenção à educação especial. A proposta reivindicava 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o financiamento da educação até 2010. Na época, a proposta dos 10% foi vetada e permaneceu assim até hoje.

Atualmente, longe de atender à demanda por verbas, o processo de expansão de vagas das universidades federais acirrou os problemas e explicitou a urgência do aumento do financiamento. Como consequência desse contexto mais geral, no estado de São Paulo, a reivindicação dos 11,6% do ICMS para as universidades estaduais também está distante de ser atendida: há 17 anos se mantêm os mesmos 9,57% para essas instituições, sufocando o orçamento e precarizando a educação e o

trabalho. Da mesma forma, o Centro Paula Souza segue sem dotação orçamentária própria, embora o governo continue expandindo ETEs e FATECs sem a necessária contrapartida de recursos, às custas do arrocho salarial dos trabalhadores e da precarização das condições de ensino.

Diante desse cenário, a bandeira histórica dos 10% do PIB para a Educação brasileira é mais do que necessária para a luta real em defesa desse direito. Acreditamos que é função do Estado não apenas garantir o acesso à Universidade e sua qualidade, mas também sua gratuidade. E, quando falamos em gratuidade, não falamos apenas na ausência de taxas escolares, mas também em políticas amplas de permanência estudantil

(também chamada de gratuidade ativa). Os estudantes necessitam desde o básico, como res-

taurantes universitários ("bandejão") e moradia estudantil nos seus campi, até vagas em cursos noturnos, bibliotecas, bolsas de estudo entre outros. É preciso garantir os meios para que os estudantes possam estudar e com qualidade.

O Fórum das Seis luta e sempre lutou pela defesa da Universidade pública. Por mais verbas para a educação, melhores salários e condições de trabalho para funcionários e em defesa da autonomia didático-pedagógica do ensino. Igualmente, reivindica verbas exclusivamente públicas para garantir acesso e permanência estudantil, construção e reforma de moradias e restaurantes, transporte, bolsas-estudo, conversão das atuais bolsas-trabalho em bolsas de estudo, extinção dos critérios "meritocráticos" para concessão de auxílios, gratuidade do material de ensino (através das bibliotecas ou meios virtuais), entre outras medidas.



Pré-Pauta Unificada 2011

(Indicativa para subsidiar a primeira rodada de assembleias, de 14 a 23 de março)

O Fórum das Seis, reafirmando sua posição

- pela defesa da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza, conforme o artigo 207 da Constituição Federal;
- pelo aumento de recursos financeiros do Estado destinados à educação pública básica e superior;
- contra o uso de cursos à distância na formação inicial; contra a terceirização e defesa da contratação somente por concurso público de servidores técnico-administrativos e docentes, em regime autárquico,

Apresenta suas reivindicações para a data-base de 2011:

Salário

Tendo por objetivo atingir como piso salarial, para todos que trabalham nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, aquele definido pelo Dieese, e caminhar em direção a uma recuperação salarial aos níveis daqueles praticados em 1989, e considerando ainda que a defasagem salarial, relativa a 1989, é diferente para docentes e funcionários técnico-administrativos, reivindicamos:

- Reposição de X% para docentes e Y% para funcionários técnico-administrativos das três universidades (correspondente à inflação do período maio/2010 a abril/2011 + parcela diferenciada para recuperar parte das perdas históricas de docentes e funcionários e eliminar a diferença na defasagem entre os dois segmentos a partir de maio de 2011);
- Parcela de reposição que reduza injustiças sociais, diminuindo a relação entre o maior e o menor salário (*Obs: Não há consenso sobre este item no Fórum das Seis*);

c) Revisão salarial no segundo semestre de 2011, de acordo com o compromisso celebrado entre o Cruesp e o Fórum das Seis em 10 de abril de 1991;

d) Recomposição das perdas salariais dos servidores e docentes do Centro Paula Souza, de acordo com índices do Cruesp do período de 1996 a 2010.

Permanência estudantil/gratuidade ativa

a) Dotação orçamentária específica para assegurar políticas efetivas de acesso e permanência estudantil (como bandejeões e moradia em todos os campi, ampliação de bolsas de estudo e de auxílio etc), seguindo padrões isonômicos entre as três estaduais paulistas e o Centro Paula Souza.

b) Conversão das bolsas-trabalho em bolsas de estudo e adoção do critério puramente sócio-econômico, ante o meritocrático, para a concessão das bolsas, adotando-se o valor do salário mínimo vigente no Estado de SP, com reajuste vinculado aos reajustes de salários de professores e funcionários, garantindo também os devidos reajustes nos auxílios transporte e alimentação.

c) Participação dos estudantes na gestão das políticas de permanência estudantil.

Hospitais Universitários

a) Manutenção da vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento e melhoria do atendimento, mantendo-o como importante instrumento

da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

b) Jornada de 30h para funcionários da área da saúde;

c) Reversão do processo de autarquia em curso nas universidades estaduais paulistas.

PRÉ-PAUTAS ESPECÍFICAS 2011

Agendamento de reuniões do Fórum das Seis com cada um dos Reitores para tratar das seguintes agendas:

USP:

1. Readmissão dos funcionários, demitidos arbitrariamente em 05 de janeiro de 2011, que manifestarem desejo de manutenção do vínculo empregatício com a Universidade.

2. Respeito à liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil, evidenciada pela revogação das punições e retirada dos processos administrativos e judiciais contra as entidades representativas e ativistas do movimento sindical e estudantil que lutam em defesa da universidade pública.

3. Reintegração imediata de Cláudio Brandão, servidor da USP e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), demitido em pleno exercício de mandato sindical.

4. Pela gestão autônoma dos espaços estudantis; contra qualquer tipo de restrição à organização coletiva dos estudantes e à ingerência quanto ao uso de espaços, tais como normativas ou termos de conduta.

5. Aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS devido à anexação da extinta Faenquil/Lorena, hoje EEL, à USP, conforme prometido pelo então governador Geraldo Alckmin.

UNESP:

1. Retirada dos processos administrativos e judiciais contra ativistas do movimento sindical e estudantil que lutam em defesa da universidade pública, pela liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil.

2. Implementação imediata da equiparação salarial com a USP e Unicamp.

3. Equiparação do auxílio alimentação, creche etc aos valores praticados na USP.

4. Manutenção do vínculo e associação do Centro Paula Souza à Unesp.

UNICAMP:

1. Retirada dos processos administrativos e judiciais contra ativistas do movimento sindical e estudantil que lutam em defesa da universidade pública, pela liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil.

2. Equiparação do auxílio alimentação, creche etc aos valores praticados na USP.

3. Pela gestão autônoma dos espaços estudantis; contra qualquer tipo de restrição à organização coletiva dos estudantes e à ingerência quanto ao uso de espaços, tais como normativas ou termos de conduta.

4. Aporte de 0,05% para o funcionamento do campus da Unicamp em Limeira, conforme prometido pelo então governador Geraldo Alckmin.

Demissões na USP**Violência e arbitrariedade**

Janeiro começou na USP com mais uma violência por parte da reitoria. Numa atitude que lembra atos praticados na “calada da noite”, mês de férias para parte considerável de funcionários e professores, a administração da Universidade “anunciou” a demissão de 270 servidores aposentados, que desempenhavam as mais diversas atividades técnicas e/ou administrativas em diferentes unidades.

Os servidores tomaram conhecimento da medida nos modos mais vexatórios, por exemplo, ao consultarem o sistema virtual Marte de recursos humanos e ao serem informados que havia sido agendado exame médico demissional!

O Fórum das Seis repudiou o fato e solicitou ao reitor João Grandino Rodas a revogação imediata das demissões.

Legalidade

É importante destacar que estes servidores não infringiram nenhuma lei ao se aposentar e seguir trabalhando na USP. Vejamos porquê:

Em 2007, frente à consulta dos servidores sobre sua “opção em permanecer ou não em atividade e de prosseguir a relação de emprego com a USP, em razão da concessão da aposentadoria voluntária, nos termos da legislação vigente”, a Consultoria Jurídica da USP (CJ) emitiu o Parecer 0382/07, de 22/3/2007, instruindo o Departamento de Recursos Humanos (DRH) da universidade como proceder sobre o assunto.

Diz um trecho do Parecer:

“Não podendo ser a aposentadoria espontânea motivo de rescisão contratual e considerando que o Poder Público tem limitação quanto ao rompimento laboral sem justa causa, haja vista que os atos administrativos devem ser motivados, inexistente a possibilidade de rescisão arbitrária. Conclui-se, portanto, que no caso da Universidade, enquanto Autarquia Estadual, não é mais possível (...) proceder à dispensa do empregado público, quando da aposentação.”

Com base neste parecer, o DRH da USP emitiu o ofício DRH/CIRC/034/2007, informando que “o desligamento dos quadros funcio-



Aula pública no dia 2/3/2011

nais da Universidade de São Paulo passa a depender da manifestação de vontade do servidor celetista que, ao se aposentar voluntariamente pelo INSS, conforme minutas anexas do Termo de Manifestação, poderá optar ou não em prosseguir na relação de emprego”.

Foram as disposições desse mesmo ofício circular que, por decisão do professor Joel de Souza Dutra, diretor geral do DRH da USP desde 25/8/2010, “não mais se aplicam”, conforme simples comunicação feita por e-mail às assistências técnicas acadêmicas em 11/1/2011!

Mobilização

O Comando de mobilização contra as demissões na USP organizou um conjunto de atividades para reverter a situação.

No dia 23/2, ocorreu um ato em frente à reitoria da USP. No dia 2/3, uma aula pública, intitulada “USP: Pública e democrática?”, foi

realizada no anfiteatro da História e contou com as presenças de Chico de Oliveira (*sociólogo e professor da FFLCH-USP*), Central Sindical e Popular-Conlutas, representantes da Adusp, Sintusp, DCE-Livre da USP e estudantes da Moradia Retomada.

No dia 24 de março, está prevista a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa (auditório Franco Montoro), às 14 horas, acompanhada de paralisação dos funcionários da USP.

**DCE Helenira Rezende faz campanha por reconhecimento**

A partir do XIX Congresso dos Estudantes da Unesp e Fatec (CEUF), que contou com centenas de estudantes, o ano de 2010 marcou a reconstrução do DCE Helenira Rezende. A entidade não é reconhecida pela reitoria, ficando sem quaisquer dos seus direitos atendidos (como uma sede, auxílio de financiamento e infra-estrutura mínima).

Considerando que o reconhecimento do DCE e o atendimento de seus direitos democráticos passam pelo fortalecimento da entidade entre os próprios estudantes, está em curso uma campanha junto ao segmento estudantil e, também, a outras entidades.

O DCE Helenira Rezende pode ser acessado em dceunespfatec.blogspot.com e dceunespfatec@gmail.com.

Trabalhadores das ETEs e FATECs preparam marcha

De 2 a 6 de maio, funcionários e professores das escolas técnicas (ETEs) e faculdades de tecnologia (FATECs) que compõem o Centro Paula Souza (Ceeteps) pretendem fazer a Marcha em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica.

A partir da deliberação do VI Congresso da categoria, realizado em dezembro, a atividade vem sendo construída pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps (Sinteps), com a participação de entidades estudantis e do Fórum das Seis.

A marcha terá início no dia 2, pela manhã, com saída do pedágio próximo a Caieiras, na Rodovia dos Bandeirantes. Com paradas em Barueri, Carapicuíba e Osasco, chegará em São Paulo no dia 5, com acampamento na Praça Coronel Fernando Prestes, em frente ao Ceeteps, até o dia seguinte.

Durante a marcha, serão realizadas palestras e atividades culturais em ETEs e FATECs localizadas no trajeto. Os temas em debate – Defesa da educação profissional e tecnológica; Financiamento; Democratização; Valorização dos profissionais; Assistência e permanência estudantil; Integração ao Sistema Nacional de Ensino – serão entregues ao governador em forma de Carta da Marcha.

Além da marcha, o VI Congresso também aprovou a realização de uma greve geral da categoria, igualmente para início em maio.

Sob ataque cerrado

A relação das ETEs e FATECs com as universidades estaduais paulistas não se limita ao fato de também serem públicas e mantidas pelo governo do Estado. O Centro Paula Souza é associado e vinculado à Unesp desde a criação da universidade, em 1976. Por conta deste vínculo, inclusive, seus trabalhadores sempre tiveram direito aos mesmos reajustes salariais aplicados nas universidades. Com a chegada do PSDB ao poder, a partir de 1996 a lei passou a ser desrespeitada. Desde então, os reajustes têm sido esparsos.

De tempos em tempos, o governo tenta quebrar o vínculo entre Ceeteps e Unesp, pois isso abriria o caminho para a privatização das ETEs e FATECs. Não o fez, ainda, por conta da mobilização da comunidade acadêmica.

Sem reajuste, amargando o enganador plano de carreira aprovado em 2008, vendo uma sucessão de “inaugurações” de escolas técnicas e faculdades de tecnologia sem garantia de recursos, sob constante ataque ao vínculo da instituição com a Unesp... não resta dúvida de que os trabalhadores do Centro têm muitos motivos para ir à luta e contam com o apoio do Fórum das Seis.